

**PARTIDO POPULAR - CDS PP**

**BALANÇO**

ANO: 2007

Mês: Final

Moeda: Euro

CÓDIGO CONTAS POC	ATIVO	2007		2006	
		A	B	A	B
<b>IMOBILIZADO:</b>					
43+441/7+448	Imobilizações incorpóreas				384.484,10
42+441/7+448	Imobilizações corpóreas	753.038,86	356.760,66	356.278,20	
41+441/6+447	Investimentos financeiros				
		753.038,86	356.760,66	356.278,20	384.484,10
<b>CIRCULANTE:</b>					
32 a 37	Existências				
21+22+24+25+26	Dívidas de terceiros				
	Médio e longo prazo			34.201,33	38.630,35
	Curto prazo	34.201,33			
11+12	Depósitos bancários e caixa	90.447,88		90.447,88	136.625,83
		124.649,21		124.649,21	175.256,18
27	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
		9.369,13		9.369,13	7.504,36
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>887.057,20</b>	<b>356.760,66</b>	<b>530.296,54</b>	<b>567.244,64</b>

		2007	2006
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CÓDIGO CONTAS</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
51	Capital		
54	Prêmios de emissão de ações (quotas)		
56	Reservas de reavaliação		
571	Reservas legais		
524534554572/9	Restantes reservas e outros capitais próprios	-673.363,99	-571.197,74
59	Resultados transitados	-673.363,99	-571.197,74
	Sub total		
88	Resultado líquido do exercício	-343.958,76	-102.166,25
89	Dividendos antecipados		
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-1.017.322,75</b>	<b>-673.363,98</b>
<b>PASSIVO:</b>			
29	Provisões para riscos e encargos		
21422423424425426	Dividas a terceiros:	956.304,97	
	Médio e longo prazo	212.405,90	728.714,12
	Curto prazo		
27	Acréscimos e diferimentos	378.908,42	511.894,51
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.547.619,29</b>	<b>1.240.608,63</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>530.296,54</b>	<b>567.244,64</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
**ANO: 2007**

Mês: A pur. Result. Correntes

Moeda: Euro CÓDIGO DAS CONTAS POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		2007	2006
62	Fornecimento e serviços externos	1.302.663,27	972.204,61
641+642	Custos com o pessoal:		
645 / 8	Remunerações	410.622,85	477.235,84
	Outros	97.969,34	104.299,49
		508.592,19	581.495,33
66	Amortizações do imob. corporeo e incorporeo	64.716,15	52.090,31
67	Provisões	0,00	7.514,75
63	Impostos	2.214,64	
65	Outros custos e perdas operacionais	1.182,99	2.795,29
	( A )	3.407,63	2.795,29
		1.879.379,24	1.616.100,29
68	Juros e custos similares:		
	Outros	97.169,15	5.362,77
	( C )	97.169,15	143.667,54
		1.976.548,39	1.765.130,60
69	Custos e perdas extraordinários	212.439,03	84.837,73
	( E )	212.439,03	84.837,73
		2.188.987,42	1.849.968,33
	( G )	2.188.987,42	1.849.968,33
88	Resultado líquido do exercício	-343.958,76	-102.166,25
		1.845.028,56	1.747.802,08

CÓDIGO DAS CONTAS POC	PROVEITOS E GANHOS	2007		2006	
72	Proveitos de actividades correntes	1.640.013,29		1450.528,66	
74	Subsidios à exploração	2.833,96			
	( B )	1.642.847,25		1450.528,66	
78	Outros juros e proveitos similares			0,30	
	( D )	1.642.847,25		1450.528,96	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	202.18,141		287.273,12	
	( F )	1.845.028,66		1.747.802,08	

<b>RESUMO</b>	
Resultados operacionais: ( B ) - ( A ) =	-165.571,63
Resultados financeiros: ( D - B ) - ( C - A ) =	-149.030,01
Resultados correntes: ( D ) - ( C ) =	-314.601,64
Resultados antes de impostos: ( F ) - ( E ) =	-102.166,25
Resultado líquido do exercício: ( F ) - ( G ) =	-102.166,25

Licenciado a Partido Popular / Software Sage Portugal

# Anexos às Demonstrações Financeiras

## 1- Caracterização do partido

### 1.1- Identificação ( designação, número de identificação fiscal, endereço, regime financeiro e outros elementos de identificação)

O CDS adopta a denominação Partido Popular, usa a sigla CDS/PP, com o número de contribuinte 501281436.

O CDS tem a sua sede no Largo Adelino Amaro da Costa, nº5, em Lisboa (www.cds.pt)

Os partidos beneficiam de isenções fiscais previstos na lei 19/2003 de 18 de Agosto, diploma que estabelece o regime jurídico do financiamento dos partidos políticos.

O partido está vinculado ao regime de contabilidade organizada definido no Plano Oficial de Contabilidade

### 1.2- Legislação( constituição, orgânica e funcionamento, quando aplicável)

O Partido do Centro Democrático e Social foi fundado em 19 de Julho de 1974 estando legalizado desde Janeiro de 1975, inscrito na fls.2 do Livro de Registo de Partidos Políticos arquivado no Tribunal Constitucional.

A orgânica do partido rege-se pelos estatutos aprovados em congresso.

### 1.3- Estrutura organizacional efectiva(organograma e, quando aplicável, a indicação dos órgãos de natureza consultiva e de fiscalização)

A estrutura regional e local do partido assenta na divisão político administrativa do território nacional.A organização regional e local do partido compreende as seguintes estruturas:

- Regiões Autónomas
  - Estruturas Distritais designadas Distritais
  - Estruturas Municipais designadas concelhias
- Os órgãos nacionais do partido são os seguintes:
- o Congresso nacional ( órgão supremo do partido)
  - o Conselho nacional
  - o Presidente do partido
  - Comissão Política Nacional ( órgão de direcção politica do partido)
  - Comissão Executiva ( órgão executivo permanente do partido)
  - o Senado
  - o Conselho Económico e Social
  - o Conselho Nacional de Jurisdição
  - o Conselho Nacional de Fiscalização(órgão de controlo ao qual compete fiscalizar a regularidade da actividade financeira partido e dar parecer sobre as contas anuais)
  - o Grupo Parlamentar

São organizações autónomas do partido a JF( Juventude Popular) e a Federação dos Trabalhadores Democrata- Cristãos).

#### **1.4- Descrição sumária dos fins**

São fins do partido colaborar na consolidação da democracia pluralista em Portugal e defender o ideal da união política da Europa. Promover para a sociedade portuguesa um modelo assente nos valores éticos, sociais e democráticos do humanismo personalista de inspiração cristã. Contribuir para o exercício dos direitos dos cidadãos e para determinação da política nacional, designadamente através da participação em eleições e de outros meios democráticos. Definir programas de governo e de administração. Em geral, contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições políticas e democráticas em Portugal.

#### **1.5- O Secretário Geral**

Nos termos dos estatutos, o Secretário-Geral coordena a acção política das estruturas do partido que lhe for confiada pela Comissão Executiva e dirige a sua organização administrativa de acordo com a orientação definida por este órgão. Ao abrigo do artigo 50º dos estatutos, a Comissão Executiva delega no Secretário-Geral, responsável pelo pelouro das finanças, e que representa o partido em juízo e na celebração de quaisquer actos ou contratos, sendo que, neste momento, estas funções são exercidas pelo Dr. João Rodrigo Pinho de Almeida.

### **1.6- Organização contabilística**

O partido utiliza uma aplicação informática específica desenvolvida pela Sage. O programa de contabilidade corresponde à especificidade da organização. A aplicação é composta por módulos interligados entre si (contabilidade, imobilizado e de salários).

## 2- Notas ao balanço e à demonstração de resultados

### 2.1- Disposições do POC

As disposições do Plano de Contas são as constantes do Anexo I do Regulamento Interno do Município de Vila Rica, aprovado em 2007, e atualizado em 2010.

### 2.2- Critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados

#### Imobilizado

O registo do imobilizado foi realizado ao custo de aquisição, verificando-se desta forma a observância do princípio do custo histórico.

#### Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes. Foram aplicadas as taxas máximas constantes no Decreto-Lei 2/90.

#### Contratos de locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é contabilizada no passivo e os juros registados como custos do exercício. As amortizações são calculadas de acordo com o descrito na alínea anterior.

### 2.3.- Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações, de acordo com os quadros seguintes:

Imobilizações Corpóreas	31-Dez-07	Aumentos	31-Dez-06
Edifícios e outras construções	304.042,76	1.266,57	302.776,19
Equipamento transporte	200.091,70	6.000,00	194.091,70
Equipamento administrativo	248.904,49	87.895,10	161.009,39
	<b>753.038,95</b>	<b>95.161,67</b>	<b>657.877,28</b>



<b>Amortizações acumuladas</b>	<b>31-Dez-07</b>	<b>Reforço</b>	<b>Regularizações</b>	<b>31-Dez-06</b>
Edifícios e outras construções	71.400,68	6.383,27		65.017,41
Equipamento transporte	134.911,41	42.150,32		92.761,09
Equipamento administrativo	150.448,57	39.969,92	5.067,94	115.546,59
	<b>356.760,66</b>	<b>88.503,51</b>		<b>273.325,09</b>

A decomposição por localização do valor bruto da rubrica de Edifícios e outras construções é em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 como segue:

<b>Localidades</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Porto	99.760,00 €	99.760,00 €
Setúbal	91.030,62 €	91.030,62 €
Faro	41.400,23 €	41.400,23 €
Bombarral	19.951,92 €	19.951,92 €
Maia	14.963,94 €	14.963,94 €
Vila Nova de Gaia	11.721,75 €	11.721,75 €
Beja	7.881,01 €	7.881,01 €
Santa Maria da Feira	3.990,38 €	3.990,38 €
Maifra	149,64 €	149,64 €
Vila Verde	11.926,70 €	11.926,70 €
Mafamude	610,53 €	
Vila do Conde	606,04 €	
Flores	50,00 €	
	<b>304.042,76 €</b>	<b>302.776,19 €</b>

As instalações da sede no Largo Adelino Amaro da Costa em Lisboa são arrendadas. As adições do exercício referem-se ao registo dos edifícios de Mafamude, Vila do Conde e Flores ( Açores), além do apuramento do imobilizado do CDS-PP Madeira que inclui viaturas no valor de 6.000€.

#### **2.4.- Bens utilizados em regime de locação financeira**

As demonstrações financeiras anexas incluem os valores resultantes de contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2007, os compromissos assumidos com os fornecedores de bens em regime de locação financeira ascendia ao montante de 2.739€.

Conforme indicado na nota anterior, o partido regista estes bens pelo método financeiro.

#### **2.5.- Informação relativa às estruturas descentralizadas e organizações autónomas**

As estruturas do partido encontram-se registadas pelas respectivas contas bancárias (encontrando-se integralmente consolidadas), pelo que as receitas ou custos dessas estruturas são contabilizadas no período a que se referem. As respectivas correções encontram-se registadas como correções de exercícios anteriores.

#### **2.6.- Dívidas de Terceiros**

Em 2007, o partido de reembolso de IVA suportado nas despesas e apurado em Dezembro ascende a 5.260,27€. Retira-se que o IVA passível de reembolso limita-se àquela suportado nas despesas relacionadas com publicidade e propaganda que pretendam difundir a mensagem política no identidade própria do partido.

## 2.7.- Dividas ao Estado e outros entes publicos

As dividas ao Estado ou outros entes publicos são discriminadas como se segue:

Retenção de IRS	
Trabalho dependente	8.884,21
Trabalho independente	18.074,16
Contribuições para Segurança Social	19.546,45

Estes saldos a 31 de Dezembro de 2007 e de natureza devedora reportam-se aos valores a entregar em Janeiro de 2008.

## 2.8.- Dividas a Fornecedores conta corrente

O saldo de fornecedores conta corrente em 31 de Dezembro de 2007 é constituído pelos valores em divida relacionados com as actividades de funcionamento corrente do partido. No entanto, este saldo engloba ainda o montante em divida dos fornecedores da Campanha de Campanha do CDS-PP Madeira (14.504€).

Na data do balanço, existem as seguintes dividas:

Fornecedores c/ c	140.175,33
-------------------	------------

### **2.9.- Dívidas a Terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelo partido**

Na data do balanço existiam dívidas a terceiros, na rubrica de outros empréstimos, no montante de 956.304,97€, garantidas pela Subvenção Estatal e por garantias pessoais dos dirigentes.

Este montante é formado por um empréstimo contraído pela sede em 2005, cujo capital em dívida se cifra em 378.000€ em Dezembro de 2007. Em 2007, a estrutura da Madeira contratou um empréstimo para financiamento de tesouraria, em que o capital em dívida a 31 de Dezembro de 2007 é de 200.804,97€.

O restante valor encontra-se repartido por três livranças domiciliadas no BES e MillenniumBcp.

### **2.10.- Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos para apoio de tesouraria**

O custo de juros do empréstimo bancário contraído no Banif pela Comissão Regional da Madeira, é contabilizado no respectivo exercício em contrapartida de empréstimos de custos.

### **2.11- Acréscimo de custos**

O montante do acréscimo de custos ascende a 378.908€.. Nesta rubrica foram contabilizados os juros a liquidar com o empréstimo da Madeira( 51.800€). Estão ainda englobados os juros a suportar com o empréstimo contraído no BES em 2005( 17.511,95).

O saldo de incluir os valores por pagar referentes a multas aplicadas pelo Tribunal Constitucional. Tendo sido ainda estimado o valor de multa a aplicar pelo Tribunal de Contas para o exercício de 2007, no pressuposto de 10 salários mínimos.

Encontra-se ainda registado a devolução à Assembleia da República que corresponde à correcção do valor da Subvenção da Comissão para as eleições autárquicas 2005. Em 31 de Dezembro de 2007, o valor a reor à Assembleia da República cifrava-se em 193.330€.

Nesta rubrica são ainda contabilizados as responsabilidades com férias, subsídio de férias e respectivos encargos.

### **2.12- Número médio de pessoas ao serviço**

Durante o exercício o partido teve ao seu serviço, em média, 20 colaboradores permanentes.

### **2.13- Dívidas activas e passivas relativas ao pessoal**

A 31 de Dezembro de 2007 encontrava-se por liquidar 12.105,24€. Este valor engloba essencialmente as tranches a liquidar em Janeiro e Fevereiro de 2008 no processo de rescisão de contrato por mútuo acordo com um funcionário.

#### **2.14- Caixa e depósitos bancários**

O saldo de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2007, é 1.800,63€ e de 88.647,25€ respectivamente.

Os depósitos bancários reflectem os montantes de todas as contas bancárias em nome do partido. Algumas dessas contas foram conhecidas após o partido ter feito a circularização junto das entidades bancárias, encontrando-se sem movimento desde alguns anos.

O partido em 2008 pretende encerrar essas contas.

Refira-se ainda que foram preparadas pelo partido as respectivas conciliações bancárias.

#### **2.15- Movimentos ocorridos em contas da classe 5**

Durante o exercício de 2007 foi movimentada a seguinte alteração aos capitais próprios:

A conta 50 " Resultados transitados" por contrapartida da conta 88 " Resultados líquidos do exercício" no valor -102.166,25€

#### **2.16- Proveitos de actividade corrente**

Em 2007 inclui essencialmente as subvenções recebidas para o funcionamento corrente da Assembleia da República, no montante 1.243.075,89€, e as subvenções referentes às subvenções recebidas da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e da Madeira ( 195.044,10€). Em 2007, face às eleições realizadas na Madeira foi ainda recebido o montante de 52.676,96€.

Esta rubrica engloba ainda os seguintes proveitos:

Quotas ( 14.172,16€)  
Angariação de Fundos ( 13.953,80€)  
Donativos de pessoas singulares (105.319,38€)  
Inscrições para o congresso ( 15.771,00€)

#### **2.17- Subsídios à exploração**

Nesta rubrica foi contabilizado o valor correspondente ao subsídio pago pelo IEFEP, em contrapartida da candidatura do partido aos programas de estágio subfinanciados pelo instituto. A candidatura formulada e aceite permite financiar o estágio de um dos colaboradores do " call center".

#### **2.18- Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de Fornecimento e serviços externos engloba, nas várias naturezas, os custos directamente relacionados com a actividade corrente de apoio às estruturas descentralizadas e com as campanhas de Lisboa e da Madeira. Refira-se que são reconhecidos os meios directamentes relacionados com as respectivas acções políticas.

#### **2.19- Custos com o pessoal**

Esta rubrica inclui as remunerações pagas ao Secretário Geral, refira-se que em 2007 a direcção do partido sofreu alterações. Além das remunerações pagas ao pessoal, inclui as indemnizações pagas a dois ex colaboradores.

## 2.20- Demonstração dos resultados financeiros

Em 2007 os resultados financeiros são afectados essencialmente pelos juros dos empréstimos bancários e das livranças. Registe-se o montante dos juros pagos pelo CDS PP Madeira (94.386,43€).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS				
CUSTOS E PERDAS	2007		2006	
	2007	2006	2007	2006
Juros suportados	88.102,28	83.432,30	Juros Obtidos	
Outros custos e perdas financeiras	9.066,87	55.598,01	Outros Proveitos e ganhos financeiros	0,30
Resultados Financeiros	-87.169,15	-149.030,01		
	0,00	0,30	0,00	0,30

### 2.21- Demonstração dos resultados extraordinários

O apuramento dos resultados extraordinários resulta essencialmente das regularizações efectuadas com correcta identificação e correspondente contabilização dos movimentos financeiros do universo das estruturas descentralizadas do partido. O saldo reflecte ainda as multas pagas e a pagar ao Tribunal Constitucional no contexto de apreciação de contas, referentes a anos anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS				
CUSTOS E PERDAS	2007		2006	
	2007	2006	2007	2006
Perdas em imobilizações		3.000,37		130.191,59
Multas e penalidades	30.231,87	67.013,42		2.849,53
Correcções relativas a exerc. ant.	182.207,16	6.275,90		2.825,00
Outros custos e perdas extraordinários	-10.257,62	8.548,04		16.644,00
Resultados Extraordinários	202.181,41	297.273,12	202.181,41	144.763,00
			202.181,41	297.273,12



**2.22-Mapa de Angariação de fundos**

Ver mapa anexo ( MAPA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS)

**2.23- Lista de Donativos**

Ver listas anexas ( LISTA DONATIVOS SEDE E ESTRUTURAS).

**2.24- Lista de Património**

Ver lista anexa ( LISTA DE PATRIMÓNIO).

**2.25-Balancetes**

Ver balancetes anexos (BALANCETE GERAL/ RAZÃO ANTES E APÓS APURAMENTO DE RESULTADOS-- DEZEMBRO E FINAL)

**2.26-Plano de Contas**

Ver anexo (PLANO DE CONTAS)

**2.2-Entidades Consolidadas e Nib's**

Ver anexos (Extractos Bancários)

**2.28-Extractos Bancários**

Ver anexos (EXTRACTOS BANCÁRIOS)

**2.29-Lista de Acções/Meios**

Ver anexo (LISTA ACÇÕES)

# Análise Económica e Financeira

## 1. Análise de resultados

O volume de negócios atingiu, em 2007, 1.642.847,25€, o que significa um ligeiro crescimento face ao ano transacto(13%). No seu contributo para o volume de negócios é de salientar o crescimento de 4% registado na subvenção estatal, o que se torna bastante significativo dado o investimento realizado, durante o ano, na realização de um referendo e duas campanhas eleitorais ( Madeira e Lisboa).

O Cash-Flow Operacional ascendeu a -279.242€, representando um decréscimo face a 2006, este decréscimo decorre da dotação referente aos encargos relativos com as campanhas realizadas, dando-se assim cumprimento ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

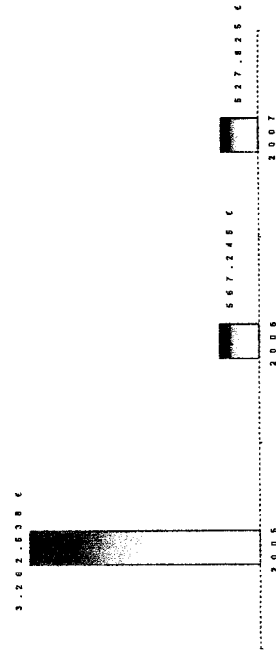
O ano de 2007 foi marcado pela resolução da questão da contabilização das contas das estruturas descentralizadas, que resultou no apuramento de todas as contas bancárias do partido, dando origem à regularização da rubrica #14, situação que afetou significativamente os resultados extraordinários do partido.

O resultado líquido da actividade desenvolvida em 2007 foi negativo em 343.959,76€.

## 2. Estrutura Patrimonial

O activo total liquido do partido no ano de 2007 alcançou os. 530.296,54€, o que representa um decréscimo de 7% face ao ano anterior.

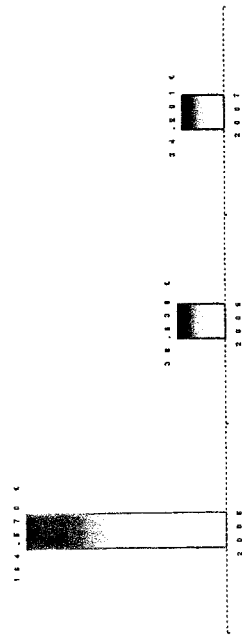
### 1\_Activo total liquido --



A preocupação constante de prestar um serviço de qualidade levou o CDS-PP a promover um conjunto diversificado de investimentos nomeadamente em material informático. Destes incrementos gostaríamos de destacar, entre outros, o apuramento de todo o immobilizado adstrito ao CDS-PP Madeira.

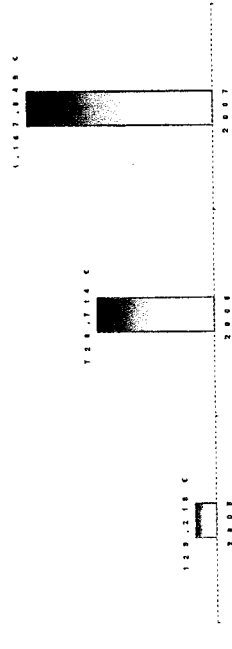
No que se refere ao activo immobilizado liquido, este registou, no exercício económico de 2007, um crescimento de 3% face ao ano transacto. Este acréscimo deve-se essencialmente ao reconhecimento de 3 edifícios que não se encontravam nos registos contabilísticos do partido. Facto apurado através do cruzamento de informação prestada pela DGGI. Além da actualização do inventário do património da Madeira.

## 2\_Dívidas de terceiros a curto prazo --



Os valores mais elevados verificados em 2006 referem-se aos pedidos de reembolso do IVA suportado no custo da campanha das Autárquicas 2005, e que só foram recebidos em 2006. Em 2007 foram solicitados mais 4 reembolsos que foram ainda recebidos no decorrer do ano. O valor que transita para o exercício de 2008 corresponde ao pedido de reembolso do 2º semestre de 2007 esperando-se que seja diferido pelos Serviços Fiscais em 2008.

## 3\_Passivo a curto e médio prazo --



Os fortes investimentos decorrentes de três campanhas eleitorais ( Referendo do Aborto, Madeira e Lisboa) foram suportados essencialmente com a subvenção ordinária que o partido recebe mensalmente através da Assembleia da República, excepto no caso da Eleições Legislativas na Madeira em que a subvenção extraordinária atribuída ao partido cifrou-se em 52.677€. Face às dificuldades de tesouraria decorrentes daquelas eleições extraordinárias, foi necessário recorrer a empréstimos bancários ( 220.000€ da estrutura autónoma da Madeira) além da subscrição de três livranças, uma de 150.000€ no Banco Espírito Santo e as outras duas de 150.000€ e 1000.000€ domiciliadas no MillenniumBcp.

É de notar que, no que se refere ao passivo de curto prazo, o partido tem realizado um esforço significativo de controlo do mesmo o que só traduziu num decréscimo face a 2006.

# Perspectivas para 2008

## 2008

- Concluiremos o processo de actualização de ficheiros que permitirá tomar novas e eficazes medidas de controlo interno. Além das questões organizacionais internas, como a militância e os seus ficheiros, creditiza-se uma estrutura política que por diversos motivos ao longo dos seus 33 anos de existência se tem tornado pesada, pouco funcional e dispendiosa.
- Como resultado desse empenho propõe-se um processo totalmente transparente que permitirá criar mecanismos de controlo, nomeadamente valorizar de forma eficiente as quotas dos militantes.
- Ao mesmo tempo que concluiremos o projecto de "militância activa", estaremos a iniciar diversos procedimentos de controlo interno capazes de garantir uma leitura simples e transparente da informação prestada pelos serviços do partido..
- Entra vigor o novo Regulamento Financeiro do partido, com o qual um dos objectivos na sua aplicação passará pela total integração das demonstrações financeiras do universo abarcado pelo partido, eliminando assim os referidos e constantes pontos negativos que são apontados pelos relatórios de auditoria
- Vamos apostar na formação dos nossos colaboradores e militantes, como a realização de acções de formação política.
- Vamos colocar na gestão e operação das nossas infra-estruturas o rigor, o profissionalismo, o empenho, a eficácia e eficiência, que sempre virão a definir com os nossos órgãos, técnicos e funcionários, de modo a podermos concluir 2008 com os indicadores de desempenho económico e de produtividade definidos.

# Proposta para Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado apurado de R\$ 343.958,76€ seja transferido para a conta de resultados transitados.

Indicadores mais significativos

	2007	2006	2005	01/05/07
<b>Resultados</b>				
Volume de negócios	1.642.847,25 €	1.450.528,66 €	5.047.477,72 €	13%
Resultado líquido	- 343.958,76 €	- 102.166,25 €	- 1.663.770,30 €	- 23,7%
Cash-flow operativo	- 279.242,61 €	- 103.171,26 €	- 1.715.697,66 €	- 17,1%
<b>Balanço</b>				
Activo líquido total	530.206,54 €	567.244,64 €	3.262.538,18 €	-7%
Imobilizado total	396.278,20 €	364.484,10 €	319.403,34 €	3%
Fundus próprios	- 1.017.322,75 €	- 673.863,99 €	- 571.197,74 €	51%
<b>Recursos humanos</b>				
Número de colaboradores	20	30	19	0%

## Aspectos significativos da actividade

O ano de 2007 foi caracterizado por sucessivos factos extraordinários que afectaram a gestão e afectaram irremediavelmente os resultados.

Em Abril de 2007 ocorreu, ao nível interno, um processo eleitoral extraordinário com a realização da Eleição Directa do Presidente do Partido, bem como, do Congresso. Todo este processo estava calendarizado para o ano de 2008.

Ao nível externo, as Eleições Legislativas Regionais Extraordinárias da Madeira e as Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa realizadas em Maio e Junho respectivamente, afectaram de forma significativa a área financeira do Partido. Sendo de salientar o facto de não ter sido atribuída subvenção estatal relativamente à campanha eleitoral para a Câmara de Lisboa.

No último trimestre do ano foi iniciado um processo de circularização de contas junto das entidades bancárias com actividade em Portugal no sentido de apurar a existência de contas bancárias que a sede não tivesse conhecimento de forma de que todo o movimento financeiro em nome do partido fosse reflectido na sua contabilidade.

No segundo semestre foram implementadas várias medidas de transparência e rigor das quais se destacam: A aquisição de TPA's associadas às contas de angariação de fundos e quotas, substituição de "caixas" por cartão de débito recargáveis, consultas prévias a vários fornecedores para aplicação de bens e serviços, reestruturação do quadro de pessoal, entre outros.

Além dos procedimentos acima referido foi aprovado um novo Regulamento Financeiro com vista à normalização da prestação de contas por parte da totalidade das estruturas descentralizadas e organizações autónomas, no qual destacamos a limitação de existência de contas bancárias somente às distritais e organizações autónomas do partido. Esta limitação proporcionará já no exercício de 2008 uma visão global das operações financeiras na sua expressão universal possibilitando a obtenção de conclusões seguras sobre o montante e natureza da totalidade das quotas e ganhos obtidos pelo partido.

Refira-se ainda que no mesmo período foi iniciado o processo de militância activa, que se encontra actualmente em fase de conclusão, tendo como objectivo fundamental a actualização de todo o caderno de filiações e militantes do partido. A obtenção deste tipo de informação reveste toda a importância no sentido de efectuar ajustamentos nas decisões a tomar e que estas sejam aplicadas de forma mais eficiente. É de destacar a aplicação de uma nova ferramenta informática, ao nível do ficheiro de militantes, o que permite total controlo do pagamento de quotas pelos militantes.



Em 2007, o Partido Popular CDS-PP tomou medidas no sentido de colmatar as deficiências de reporte das diversas acções ao Tribunal Constitucional, nomeadamente aquelas efectuadas pelas estruturas descentralizadas. Os serviços centrais da sede nacional apuraram assim a totalidade das acções que foram validadas.

